



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **POR UMA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA: A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Cândida Maria Santos Daltro Alves  
(UESC)\*

Eloisa de Matos Höfling  
(UNICAMP)\*\*

### **RESUMO**

A pesquisa em discussão neste trabalho compreende a educação infantil como um 'patrimônio do feminismo, da esquerda e do sindicalismo dos anos 70' (Faria, 2006, p. 284), com uma história distinta da escola de Ensino Fundamental. A luta pela educação infantil refere-se à dupla perspectiva considerada, o direito da mãe trabalhadora atrelado ao direito da criança por uma educação de qualidade, assegurado pela legislação referente à educação da pequena infância. Partindo destas premissas, este estudo sobre políticas públicas para a educação infantil, políticas estas que garantam o direito a uma educação pública, coletiva, de qualidade e laica para todos/as crianças deste país, apresenta um estudo de doutorado finalizado em 2013, que discute a questão das políticas legisladas em favor da educação da criança em creches e pré-escolas, no município de Ilhéus/Bahia, buscando evidenciar como trabalham com a questão da oferta da primeira etapa da educação básica a suas crianças. Desta forma temos a pesquisa de doutorado A implementação da Política pública para a educação Infantil, desenvolvida no município de Ilhéus, no período de 2006 a 2012, que tem por objetivo analisar como o município de Ilhéus vem organizando seu sistema educacional e suas estruturas e ações a fim de atender às determinações legais para a educação infantil desde 2006.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação infantil, culturas infantis, formação docente.

---

\* Doutora em Educação; Professora de graduação e mestrado da Universidade Estadual de Santa Cruz-BA; Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas em Educação. E-mail: candida\_alves@yahoo.com.br.

\*\* Professora Orientadora. Doutora em Educação; Professora Unicamp; Grupo de Pesquisa: GPPE. E-mail: hofling@yahoo.com.br.



## INTRODUÇÃO

Esse trabalho buscou compreender como se deu a implementação da política pública para a educação infantil, com centralidade nas ações desenvolvidas pelo município de Ilhéus, no período de 2006 a 2012 e, possivelmente, extensivas a outros municípios brasileiros.

Nossa hipótese partiu de que a implementação das políticas públicas para a educação infantil no município de Ilhéus-BA tinha muitos impasses a serem enfrentados, tomando como parâmetro o que tem sido prescrito, nos documentos oficiais, para essa etapa da educação básica. Esta política reflete o descompasso entre o legal e o real para essa etapa da educação e fere o direito da criança pequena, principalmente, em relação à cobertura de estabelecimentos educativos para as crianças de 0 a 3 anos.

Encontra-se aí nosso movimento entre o proposto e o existente. Isto porque, nos últimos anos, as ações implementadas pelo poder público municipal, para a educação infantil, vêm apresentando incongruências no que diz respeito à organização, à estruturação, ao aperfeiçoamento das práticas e ao gerenciamento de programas e de ações, em relação às políticas macro de nível nacional.

Com a análise da implementação das políticas para educação infantil em Ilhéus, pretendemos confirmar ou não nossa hipótese, apoiando-nos em estudos desenvolvidos por Arretche (1998, 2001), que acredita ser importante atentar para os objetivos e estratégias estabelecidas por uma política ou um programa público ao avaliar a sua implementação. Do contrário, a autora considera tratar-se de uma avaliação negativa e um despropósito que o avaliador considere objetivos e/ou metodologias alheias aos adotados por esses programas, pois não seria “plausível esperar que um programa realize o que não estava em seu próprio horizonte de implementação” (ARRETCHÉ, 2001, p.45).

Assim, a metodologia de análise adotada parte dos documentos oficiais, como a Constituição Federal/1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, a Lei de Diretrizes e Bases da /Educação/1996, em especial dos artigos que propiciam avanços



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ou retrocessos para a educação infantil (BRASIL, 1988; 1990; 1996). Realizamos, também, análises das diretrizes, programas, projetos, textos e ações governamentais pertinentes à Política Nacional de Educação Infantil e que impulsionaram o movimento das reformas educativas da América Latina, a partir da década de 1990, bem como documentos e registros da SEDUC/Ilhéus (Estudo da Demanda, Plano de Trabalho do PAR, Decretos, Dados Estatísticos, Projeto Político Pedagógico, Regimentos).

Na ampliação do campo de pesquisa, estendemos às Unidades Educativas observações, entrevistas e registros de campo, incluindo a escuta das vozes das crianças e de pessoas adultas, foi necessário, ainda, estender à utilização de referências teóricas advindas do recente campo da sociologia da infância, que trata a criança como sujeito ativo e central do processo educativo. A partir daí, enriquecemos a pesquisa com a incorporação de uma abordagem qualitativa e interpretativa dos contextos educacionais que nos foi possível aproximar, nas/das experiências cotidianas das crianças em suas práticas de interação nas Unidades Educativas, bem como aquilo que elas estão aprendendo, recriando e (re)produzindo nestes contextos.

Para isto, os estudos no campo da sociologia da infância, em especial, os desenvolvidos a partir do referencial de Faria (1999), Rocha (1999), Quintero (2010), Faria, Dermatini & Prado (2009), Corsaro (2009, 2011), Prado (1998, 2006, 2011), Faria & Finco (2011), Siller (2011), entre outros autores e autoras, tornou-se imprescindível, à medida que instigou o nosso olhar e a nossa necessidade de se misturar às crianças, estando com/entre elas, individualmente e em seus coletivos infantis, a fim de nos apropriarmos de informações sobre o contexto educacional, no qual se encontravam imersas.

Com esse apoio teórico-metodológico para o enriquecimento desta pesquisa, pretendemos entender e interpretar as atuais ações formuladas no plano macro político e implementadas no plano micro político, no período de 2006 a 2012, para a educação infantil em Ilhéus – Bahia.



## DESENVOLVIMENTO

Nesse sentido de entender e interpretar tais ações implementadas pelo município em questão, foi escolhido como passo inicial do percurso da pesquisa a visita à Secretaria de Educação, para apresentação da proposta e coleta de dados sobre a Educação Infantil em Ilhéus. Em seguida, a partir da autorização da secretária de Educação, via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, demos início às visitas e observações dos espaços em 10 das 33 unidades educativas que possuíam matrículas para crianças a partir dos três anos de idade. É importante salientar que nestas 33 Unidades constavam vagas desde a creche (0 a 3 anos) até o ensino fundamental I (06 a 10 anos). Ao averiguarmos os dados, a partir das visitas, constatamos que as vagas nas creches são apenas para as crianças de 3 anos a 3 anos e 11 meses de idade, às demais, com idade inferior, não existia cobertura por parte das políticas públicas desse município. Os dados numéricos não permitem visualizar essa informação, pois consta apenas a nomenclatura creche, não há especificação de quais faixas etárias estão tendo cobertura das políticas públicas municipais. Às crianças de três anos, o cuidado e a educação aconteciam nas creches em tempo integral e às de quatro a seis anos, em tempo parcial na pré-escola.

É importante destacar que algumas das Unidades de Educação Infantil (UEI) têm preservado, quando possível e de acordo com a demanda, o lugar para as crianças de três até seis anos nessas Unidades, mesmo que as de seis anos, já estivessem sob a responsabilidade do Ensino Fundamental de Nove Anos (EF9anos). Isto é considerado por Abramowicz (2006, p. 318) uma contradição em relação a “reivindicação do movimento de mulheres, dos fóruns de Educação infantil [cuja luta] sempre foi na direção da ampliação da escola de Educação Infantil para todos”. Ou seja, ainda estava sendo mantido o lugar com crianças de seis anos em espaços das crianças da faixa etária de três até cinco anos de idade, mesmo quando as de seis anos já estavam numa outra etapa, a do ensino fundamental de nove anos, conforme Emenda Constitucional 59/2009.



Essa emenda alterou a obrigatoriedade da educação básica, que passou a ser a partir dos 4 anos de idade, ao mesmo tempo que tem caráter mandatário, obriga as famílias a matricularem as crianças de 4 e 5 anos na educação infantil, o que acabará por repercutir na meta 01 do PNE em tramitação, com reflexo na universalização da educação. Dessa forma, a educação básica obrigatória e gratuita inicia aos 4 anos e vai até os 17 anos de idade. À medida do possível, as Unidades buscaram manter ao menos a garantia de um lugar “melhor” para elas, pois a estrutura das escolas do ensino fundamental ainda não estava organizada para receber essas crianças.

O Setor de Matrícula e Estatística da SEDUC/Ilhéus informou que 3.357 crianças foram matriculadas nessas 33 Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, cadastradas no Censo Escolar 2011. Elas foram distribuídas nos seguintes tipos de Unidades Educativas: seis Unidades Conveniadas, 14 Unidades da Zona Urbana e 13 Unidades do Campo. O Estudo da Demanda realizado pelo Município em novembro de 2011 registrou o número de 13.540 crianças de zero a cinco anos que ficaram sem cobertura em Unidades de Educação Infantil. É importante considerar que o estudo de demanda é realizado com base no número de crianças vacinadas em determinados meses do ano, segundo informações extraídas da Secretaria de Saúde. Diante disso, pode não estar representando o número total de crianças que estão fora destas UEs, se considerarmos que nem todas as crianças têm acesso a esse serviço.

Em dez Unidades Educativas foram contatadas as diretoras, as quais apresentaram os espaços das Unidades e permitiram o seu registro fotográfico. Vale salientar que em nenhuma das Unidades visitadas havia a presença da figura masculina do professor, apenas mulheres ocupavam cargos, tanto na direção quanto nas salas com as crianças ou na coordenação, daí o motivo pelo qual iremos nos referir neste texto ao termo genérico feminino. Fora solicitada a planta das Unidades visitadas e das dez, apenas em uma Unidade Educativa própria do município havia a documentação de propriedade do imóvel, bem como as plantas e outras documentações que toda Unidade deveria possuir.



Ressaltamos que a ausência de documentos como: plantas, autorização de funcionamento, ato de criação, documento de propriedade do imóvel, etc. dificulta e até impossibilita a execução de projetos de recuperação, reformas e aquisição de equipamentos para a rede física escolar do município, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação infantil das Unidades, via verbas de programas institucionais, a exemplo dos que são financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como o Proinfância. O Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - é um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

A Legislação, as ações governamentais, os Programas, as Propostas Pedagógicas, os documentos formalizados pelo MEC e as práticas educativas que deles se estruturam, muitas vezes, retratam uma série de contradições e conflitos, dos quais precisamos, na medida do possível, resisti-los e ousarmos na realização de propostas, nas quais desenvolvemos porque acreditamos, porque tiveram nosso envolvimento e a participação de todos os atores interessadas no projeto de uma educação com critérios de equidade e de qualidade para todos e todas e com ampliação do acesso em respeito à luta pela democratização desta educação.

Faz-se ainda necessário aniquilar a visão extremista e que ainda perdura em muitas práticas pedagógicas, de que a criança, principalmente a pobre, é uma “coitadinha” que precisa ser o tempo todo protegida, ensinada, sustentada na ideia de “carência” e de “abandono ou incompetência familiar”. Para assumirmos a visão da criança como co-constutora do conhecimento, da sua própria identidade e da cultura, entendendo-a como ator social, único, com muitas possibilidades, pensamentos e teorias dignas de serem ouvidas, ativa, “rica”, inteligente e com voz própria. Nós, pedagogos e pedagogas, como co-constutores de cultura e de conhecimento, somos capazes de ouvir, de ver e de se deixar ser inspirado por e aprender a partir do que as crianças dizem e fazem (DAHLBERG, MOSS e PENCE, 2003, p. 180-181).



É importante salientar que o procedimento adotado partiu da análise das práticas e dos espaços, a fim de identificar neles o movimento da realidade, suas principais contradições, comprovando como essas práticas acontecem, captando as várias formas de transformação e suas conexões. Por se tratar de um estudo em que os principais atores, tomando-os como os que são ou deveriam ser os beneficiados em seus direitos, as crianças da educação infantil, fez-se necessário observá-las e/ou ouvi-las em seu cotidiano educacional, daí a necessidade de inserir a observação, no contexto das práticas, nas Unidades de educação infantil.

A escolha dessa temática emergiu em virtude dos desafios teórico-práticos, enfrentados no cotidiano da educação infantil, juntamente com as alunas e os alunos da disciplina Estágio Supervisionado para Educação Infantil, sob nossa responsabilidade no curso de Pedagogia, do Departamento de Ciências da Educação, como professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, na Bahia, desde o ano de 2003.

Entre os desafios recorrentes, vivenciados juntamente com essas alunas e alunos, principalmente nos momentos de retorno do estágio, destacamos dois: o primeiro diz respeito à cobrança por parte das professoras regentes das unidades de EI concedidas para o estágio, de atividades (mimeografadas ou fotocopiadas) com foco na aprendizagem das letras e dos números, desconsiderando as proposições, principalmente das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), que propõem como eixo norteador “as interações e a brincadeira”.

O segundo desafio se apresenta relacionado à ausência de espaços e tempos dentro das instituições de educação infantil que propiciem a realização de uma proposta que considere a especificidade de um trabalho com crianças, na etapa da educação infantil, que precisam viver suas infâncias e construir suas culturas infantis.

Dessa forma, as alunas e alunos estagiários pareciam estar em constante conflito, sem saber se acreditavam nas teorias que priorizavam as interações estabelecidas entre as crianças e suas brincadeiras, no trabalho coletivo infantil ou nas práticas observadas nessas unidades, em sua maioria, com o foco na escolarização. Assim, o resultado, nos relatórios apresentados ao final do estágio, era a presença de um misto entre



brincadeira e prazer (contação de histórias, fantoches, culinária, casinha/cabana, piquenique, passeio ao circo/teatro/cinema/praças, banho de mangueira, desenho, brincar livre e espontâneo, pintura, recorte, colagem, dobraduras, etc.) e momentos e atividades direcionadas à aprendizagem das letras, palavras e números, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES

Enfim, poderíamos elencar outros muitos desafios que a educação infantil vem enfrentando ao longo dos últimos anos, para sua efetiva implementação como política pública e direito à educação de todas as crianças e famílias que assim desejarem fazer parte dessa etapa educacional. No entanto, ressaltamos as questões mencionadas anteriormente para ilustrar em que condições vislumbramos examinar o contexto da educação infantil em Ilhéus.

A pesquisa ora apresentada serviu para ratificar os estudos realizados por Rosemberg (2001, 2002, 2008), Figueiredo e Figueiredo (1986), Pereira (2006), Telles (1994) que apontam o distanciamento das pesquisas acadêmicas do ambiente escolar, propriamente dito, no que tange ao processo de implementação das políticas públicas, bem como as distorções na implementação, as reconfigurações e diferenciações que podem ser expressas nos espaços públicos onde a educação de fato acontece.

Faz-se urgente e necessário pensar e defender uma política de educação infantil, com Unidades Educativas adequadas, com instalações apropriadas para crianças, desde o nascimento até os seis anos de idade, que as considere “em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais”, conforme trata o artigo 29 da LDB/96. Que promova “práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível” (III diretriz, DCNEI/1999). É preciso que tal política seja pautada em propostas pedagógicas, que considerem as crianças como sujeitos históricos e de direitos, as quais, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam, constroem suas identidades pessoais e coletivas, brincam, imaginam,



fantasiam, desejam, aprendem, observam, experimentam, narram, questionam e constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo culturas (Art. 4º, DCNEI/2009).

Os dados desta pesquisa revelaram a distância entre a política e a prática em que a educação infantil vem sendo proposta e efetivada, enquanto ação do sistema municipal, repercutindo no esvaziamento de sentido e desarticulação de uma proposta que a consolide, enquanto primeira etapa da educação básica. Observa-se a violação da conquista do direito à educação de todas as crianças. Isso vem acontecendo de forma mais incisiva, principalmente, para as crianças com idade inferior aos três anos, as quais sequer tem espaço em estabelecimentos educativos. A forte influência de políticas de bases neoliberais que transitam na contramão dessa conquista, retrocedendo e fortalecendo propostas, as quais caminham em direção à cisão na educação, ao retorno do assistencialismo para as creches e da aproximação da pré-escola ao ensino fundamental, com propostas que antecipam a escolarização a partir dos quatro anos de idade, podem configurar como os principais responsáveis pela precariedade em que se encontram numerosas unidades de educação infantil.

Os resultados aqui apresentados demonstraram a necessidade e importância de uma investigação mais aprofundada a respeito do processo implementado das políticas educacionais em um município, à medida que se constata que grande parte das cidades brasileiras ainda encontra sérias dificuldades para ampliação e universalização da educação infantil com critérios de qualidade, inviabilizando a garantia à criança pequena de seu direito pleno à educação, tanto em termos de acesso, quanto de permanência.

Além disso, em se tratando de um país como o Brasil, marcado pelas desigualdades em diferentes aspectos: sociais, econômicos, de gênero, étnico-raciais, estas mesmas desigualdades findam, muitas vezes, por promover outras tantas formas de violência ou negligência à população infantil, em particular, a menos favorecida. Conforme dados do relatório do UNICEF (2008) sobre o risco de mortalidade infantil no Brasil, as desigualdades continuam. Como exemplo, o relatório mostra que as crianças



pobres apresentaram mais do que o dobro de chances de morrer, se comparadas às ricas; e as negras, 40% a mais, em relação às brancas (UNICEF, 2008, p. 09).

Muito disso, deve-se à organização da sociedade brasileira, marcadamente excludente, aliada a uma escola que tem ou teve em sua consolidação referência social-cultural-racial-sexual e na consequente estigmatização das diferenças (MORUZZI, 2010, p.16).

Esse estudo sobre a implementação de políticas públicas entre o período 2006 a 2012 demonstra nossa preocupação de buscar, como já apontado brevemente, no contexto contemporâneo, compreender as formulações legais que impactaram para a integração da educação infantil ao sistema educacional, mais especificamente no município de Ilhéus, sem perder de vista o momento constante existente entre as fontes formuladoras, os agentes implementadores e os atores beneficiados.

É importante considerar que várias das constatações aqui apresentadas, embora tenham sido fruto de investigação em um único município, podem refletir a realidade de muitos outros municípios brasileiros e não brasileiros.

Profissionais comprometidos com a educação precisam assumir a responsabilidade na formação de cidadãos e cidadãs de pouca idade, seres plenos, livres, criativos/as, capazes de participar, criar enredos e conviver coletivamente, na produção das culturas infantis e expressão nas mais diversas formas de comunicação. Para isso, faz-se necessário a reflexão sobre que concepções se têm de criança, de infância e de educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica regulamentada pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e que possui Diretrizes Curriculares Nacionais próprias que determinam que o eixo de organização curricular na educação infantil devem ser as interações e brincadeiras, experiências adequadas às necessidades e potencialidades das crianças de até 6 anos, e jamais ser tratada como etapa preparatória de uma vida futura.

Nesse sentido, o Brasil dispõe de orientações legais que normatizam o acesso a esse direito constitucionalmente conquistado, pela luta de mães trabalhadoras e feministas, em espaços coletivos e públicos de educação, coerentemente organizados e



equipados para tal, em respeito às especificidades das crianças que a compõem. Cabe ao adulto conhecer e reivindicar este direito, a fim de que as crianças efetivem esse direito à educação pública e de qualidade e possam viver as suas infâncias com dignidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Educação Infantil e a escola fundamental de 9 anos. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 317-325, 2006.

ARRETCHE, Marta T. S. (1998). “Tendências nos Estudos sobre Avaliação”, in: RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo, Cortez, 1998.

ARRETCHE, Marta. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. 2001. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br>. Acessado: 22 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Modifica a redação do artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. (FNDE) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Proinfância. 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acessado em: 22 Mar 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Emenda Constitucional (1996). **Emenda Constitucional nº 14** de 12 de setembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Política de Educação Infantil**. Proposta. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1993.



CAMPOS, Maria Malta. A educação infantil como direito. In **Insumos para o debate 2** – Emenda Constitucional n.º 59/2009 e a educação infantil : impactos e perspectivas. – São Paulo : Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010.

CORSARO, William A. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria A. (orgs.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 83-103.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAHLBERG, Gunila; MOSS, Peter & PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FARIA, Ana Lúcia G. de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte, In: **Cadernos Pagu** (26) janeiro-junho de 2006: p. 279-287. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30394.pdf>. Acessado em 14 Mar 2012.

FARIA, A. L. G. de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1013-1038, out. 2005.

FUNDO das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Situação Mundial da Infância 2008. **Caderno Brasil**. Brasil (DF), janeiro de 2008.

**PARECER CNE/CEB nº 18/2005**, de 15 de setembro de 2005: Orientações para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114/2005, que altera os arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96.

PRADO, Patrícia D. **Educação e Cultura infantil em creche: um estudo sobre as brincadeiras de crianças pequenininhas em um CEMEI de Campinas/SP**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PRADO, Patrícia D. **Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da Educação Infantil**. Tese de doutorado, FE-UNICAMP, 2006.

PRADO, Patrícia D. “Agora ele é meu amigo”: pesquisa com crianças, relações de idade, educação e culturas infantis. In: **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância** / Altino José Martins Filho & Patrícia Dias Prado [orgs.], - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

QUINTEIRO, Jucirema; SERRÃO, Maria Isabel Batista. O direito à infância na escola e a participação na aprendizagem: desafios para a formação docente. XV ENDIPE, 2010.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. 1999. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/ROCHA.pdf>. Acessado em: 18 Mar 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil, **Revista Brasileira de Educação**, n.16, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a02.pdf> Acesso em 27 fev 2012.

SILLER, Rosali Rauta. Infâncias, migrações: a vez e a voz nas crianças migrantes / Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2011.